



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO N° , DE 2011.
(Do Sr. Pauderney Avelino)

Solicita a realização de audiência pública na **Comissão de Viação e Transportes**, a fim de discutirem-se denúncias de má gestão dos recursos na área dos Transportes, especialmente a majoração injustificada do custo de obras sob a responsabilidade daquele Ministério, sendo **convocado** o Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, **Sr. Paulo Sérgio Passos**, e **convidados** o **Sr. Jony Marcos do Valle**, diretor-geral interino do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); o **Sr. Hideraldo Caron**, ex-diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; o **Sr. José Francisco das Neves**, ex-diretor-presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A e o **Sr. Antonio Felipe Sanchez Costa**, diretor-presidente interino da Valec.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 24, IV, e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a **convocação** do Exmo. Ministro de Estado dos Transportes, **Sr. Paulo Sérgio Passos**, bem como com base no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 24, VII, art. 32, XX, do Regimento Interno, sejam **convidados** a participar do debate o **Sr. Jony Marcos do Valle**, diretor-geral interino do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); o **Sr. José Francisco das Neves**, ex-diretor-presidente da Valec Engenharia,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Construções e Ferrovias S/A e o **Sr. Antonio Felipe Sanchez Costa**, diretor-presidente interino da Valec, para prestarem esclarecimentos a respeito das denúncias de má gestão dos recursos na área dos Transportes, especialmente sobre a majoração injustificada do custo das obras sob a responsabilidade daquele Ministério.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio da edição nº 2.224 da Revista VEJA, a sociedade brasileira tomou conhecimento da existência de um grande esquema de corrupção no seio do Ministério dos Transportes. Segundo a matéria, o referido esquema de corrupção beneficiaria servidores públicos, empresários e até mesmo o Partido da República (PR), agremiação político-partidária à qual é filiado o Ministro dos Transportes.

Conforme se apurou, o Ministério dos Transportes vem majorando injustificadamente o preço das obras sob sua responsabilidade, com o propósito de custear a cobrança de 4% (quatro por cento) a 5% (cinco por cento) de propina das empresas prestadoras de serviço.

O *modus operandi* do grupo foi muito bem sintetizado pela Revista VEJA, conforme de extrai da seguinte passagem da matéria jornalística acima mencionada:

“(...) No último dia 04 de maio, ele [Valdemar da Costa neto] se reuniu à tarde com representantes de quinze empresas de consultoria na sala do Diretor-Geral do DNIT, Luiz Antonio Pagot. O Deputado, por não ter cargo, não tinha razões sadias para estar ali. Mas ele nem seu deu ao trabalho de explicar sua presença na reunião, que foi feita com o objetivo de discutir obras em 12 mil quilômetros de rodovias federais, negócio estimado entre



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

6 bilhões e 7 bilhões. Os membros do PR alertaram os presentes de que as obras só sairiam do papel se as consultorias ‘aperfeiçoassem’ os projetos adequando as propostas às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU). Depois do alerta protocolar, porém, Antônio Pagot fez uma preleção. O apadrinhado do Senador Blairo Maggi disse que estava em jogo não apenas uma questão técnica, mas uma missão partidária. O PR teria de deixar como legado de sua passagem pelo Ministério uma efetiva e perceptível melhoria no estado de conservação das rodovias brasileira. Tudo perfeito, então? Sim, até que se desça das aparências para a sombria realidade dos negócios. ‘Eles exigem 5% das consultorias. Quem não paga está fora do Ministério’, contou a Veja um dos participantes da reunião. O porcentual — 5% — é um ponto maior do que o pedido às empreiteiras. Cinco outros consultores confirmaram à Veja o pagamento de propina aos políticos do PR. Entre as atribuições de uma empresa de consultoria, está desenhar o projeto de uma rodovia ou de uma ferrovia — seja construção, restauração ou manutenção. Os parâmetros do projeto são decisivos para a definição dos preços e influem até mesmo na escolha das empreiteiras que executarão a obra, já que uma se adequam mais a determinados requisitos do que outras.

Para ter o controle absoluto do processo, o PR atua — e cobra — nas duas pontas. O Partido da República ‘acerta’ dos detalhes técnicos com as consultorias e, depois, mantém uma parceria informal com a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (ANEOR). Às vésperas de um lançamento de uma licitação, empreiteiros se reúnem na sede da entidade em Brasília e dividem entre si lotes da obra em questão. Investigações da Polícia Federal já flagraram essa armação, responsável pela majoração dos preços dos empreendimentos. ‘Quem combina tudo, do preço à empresa que vai ganhar, é a direção da ANEOR com o Valdemar. Nas reuniões, não se pode entrar nem de telefone celular. Todos levam alguma coisa, mas quem discordar, perde tudo’, contou um empreiteiro.”

Destaque-se, por importante, que, segundo registrado pela Revista VEJA, a própria Presidente da República, Dilma Rousseff, demonstrou irritação com as constantes majorações, sem qualquer justificativa plausível, dos custos das obras do Ministério dos Transportes.

Como não poderia deixar de ser, a denúncia repercutiu — e vem repercutindo — em toda imprensa nacional, como serve de amostra o seguinte trecho da matéria jornalística veiculada, no dia 5 de julho de 2011, na Folha de São Paulo:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

"O Ministério dos Transportes aumentou neste ano os valores de pelo menos 11 contratos de obras em estradas e ferrovias que tiveram irregularidades apontadas pelo TCU (Tribunal Contas de União). Em dois casos, o órgão de controle recomendou a paralisação dos trabalhos.

A verba extra para as obras sob suspeita soma R\$ 113,5 milhões. O dinheiro foi destinado a empreiteiras e consultorias técnicas por meio de termos aditivos, que são acréscimos ao valor original dos contratos.

As obras pertencem ao Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) e à Valec, estatal que cuida das ferrovias.

Os diretores dos dois órgãos foram afastados no sábado por determinação da presidente Dilma Rousseff.

Segundo reportagem da revista "Veja", o PR do ministro Alfredo Nascimento montou um esquema de cobrança de propina de empreiteiras nos dois órgãos. Dilma teria reclamado de descontrole na assinatura de aditivos.

A Lei de Licitações permite que o valor original dos contratos seja aumentado entre 25% ou 50% (exclusivamente para reformas) quando há, por exemplo, "fatos imprevisíveis" durante a obra.

No total, o ministério autorizou o aumento de R\$ 336,6 milhões em 46 contratos que sofreram aditivos este ano, segundo levantamento feito pela Folha.

O fato de o TCU ter encontrado irregularidades em 11 desses contratos não impede legalmente a pasta de aumentar o seu valor.

A situação mais crítica está na Valec. Dos 11 contratos com irregularidades, oito são tocados pela estatal.

No último dia 20 de junho, a empresa assinou quatro aditivos com a construtora Andrade Gutierrez, no valor total de R\$ 40,1 milhões, para a construção das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste.

Dois dos contratos (036/07 e 037/07), referentes à Norte-Sul, já tinham sido aditivados em R\$ 30,4 milhões em janeiro. Para o TCU, as obras deveriam estar paralisadas.

Esses contratos -os únicos que tiveram mais de um aditivo neste ano- foram incluídos pelo TCU na lista de obras com indícios de irregularidades graves, com recomendação de paralisação. Entre os problemas, o órgão aponta suposto superfaturamento de R\$ 120 milhões. Apesar da recomendação, o Congresso determinou que as obras tivessem continuidade, o que possibilitou a assinatura dos aditivos.

Outro contrato com a Andrade Gutierrez (016/06), referente a trecho de ferrovia em Goiás, foi incluído na "lista negra" do tribunal por subcontratações, mas sem necessidade de paralisação.

A equipe técnica do TCU chegou a recomendar a proibição de novos aditivos, mas o plenário do tribunal só obrigou a Valec a suspender as subcontratações.

No caso do Dnit, ao menos três contratos com valor aumentado este ano têm irregularidades, segundo o TCU.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Na BR-163, em Goiás, os auditores constataram que o Dnit não contratou ninguém para fiscalizar a obra, tocada pela construtora Egesa, sob suspeita de sobrepreço”.

Os esclarecimentos são devidos até porque há um clima de indignação no próprio Executivo, conforme se pode comprovar pela frase da Presidente da República Dilma Vana Rousseff em que afirmou que “sairão todos os integrantes do DNIT e da Valec”, segundo consta no jornal Folha de São Paulo do dia 23 de julho de 2011.

Ademais, até a presente data, já foram exonerados mais de 20 pessoas ligadas ao Ministério do Transporte em decorrência da denúncia pela Revista Veja, o que demonstra que o esquema de corrupção no Ministério é endêmico e deve ser objeto de profunda investigação por este Parlamento.

Diante da gravidade das denúncias veiculadas na grande imprensa nacional, vê-se que a oitiva das pessoas supramencionadas é de suma importância e se mostra absolutamente imprescindível para que o Congresso Nacional continue exercendo a sua típica função de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Sala da Comissão, em 02 de agosto de 2011.

**DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO
DEM/AM**